



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 03/2015

Proposio : Projeto de Lei Complementar n 12/2014

Autoria : Executivo

Assunto : Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal, nos termos do artigo 31 da Constituio Federal, artigo 59 da Lei Complementar n 101/2000 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuioes legais,

A P R O V A:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIOES PRELIMINARES

Art. 1. Esta lei estabelece normas gerais sobre a fiscalizao no município, organizada sob a forma do Sistema de Controle Interno, especialmente nos termos do artigo 31 da Constituio Federal e artigo 59 da Lei Complementar n 101/2000 e tomar por base escriturao e demonstraoes contábeis, os relatórios de execuo e acompanhamento de projetos, atividades e outros procedimentos e instrumentos estabelecidos pela legislao em vigor ourgoes de controle interno e externo.

Art. 2. Para fins desta lei, considera-se:

a) Controle Interno: conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela própria gerência do setor público, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;

b) Sistema de Controle Interno: conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de uma unidade central de coordenao, orientadas para o desempenho das atribuioes de controle interno;

c) Auditoria: minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operaoes foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientaoes e normas legais e se dará de acordo com as normas e procedimentos de Auditoria.

CAPÍTULO II DA FISCALIZAO MUNICIPAL E SUA ABRANGÊNCIA

Art. 3. A fiscalizao do Município abrangerá todos osrgoes e agentes públicos do Poder Executivo e será exercida pelo Sistema de Controle Interno, com atuao prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, objetivando a avaliao da ao governamental e da



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

gestão fiscal dos administradores, por intermédio da fiscalizao contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicao das subvenoes e renúncia de receitas.

CAPÍTULO III **DA CRIAO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E SUA** **FINALIDADE**

Art. 5. Fica criada a Unidade de Controle Interno do Município UCI, vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, com o objetivo de executar as atividades de controle municipal, alicerçados na realizao de auditorias, com a finalidade de:

I – verificar a regularidade da programao orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execuo dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto  eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nosrgos e entidades da administrao direta e indireta municipal, bem como da aplicao de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operaoes de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Município;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

V – examinar a escriturao contábil e a documentao correspondente;

VI – examinar as fases de execuo da despesa, inclusive a ela correspondente, verificando a regularidade das licitaoes e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

VII – exercer o controle sobre a execuo da receita bem como as operaoes de crédito, emissão de títulos e verificao dos depósitos de cauoes e fianças;

VIII – exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta “restos a pagar” e “despesas de exercícios anteriores”;

IX – acompanhar a contabilizao dos recursos provenientes de celebrao de convênios e examinando as despesas correspondentes, na forma do inciso V deste artigo;

X – supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes Executivo para o retorno da despesa total com o pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei Complementar 101/2000, caso haja necessidade;

XI – realizar o controle dos limites e das condioes para a inscrio de Restos a Pagar, processados ou não;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

XII – realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrioes impostas pela Lei Complementar não 101/2000;

XIII – controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;

XIV – acompanhar o atingimento dos índices fixados para a educação e a saúde, estabelecidos pelas Emendas Constitucionais não 14/1996 e 29/2000, respectivamente;

XV – acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta municipal, incluídas as fundaoes instituídas ou mantidas pelo poder público municipal, excetuadas as nomeaoes para o cargo de provimento em comissão e designaoes para função gratificada;

XVI – verificar os atos de concessão de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas do Estado;

XVII – realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientaoes.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 6o. A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI será chefiada por um COORDENADOR e se manifestar através de relatórios, auditorias, inspeoes, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades.

Art. 7o. Como forma de ampliar e integrar a fiscalização do Sistema de Controle Interno ficam criadas as unidades seccionais da UCI, que são serviços de controle sujeitos a orientação normativa e a supervisão técnica do órgão central do Sistema, com, no mínimo, um representante de cada Secretaria ou Unidade Orçamentária Municipal;

Art. 8o. No desempenho de suas atribuioes constitucionais e as previstas nesta Lei, o Coordenador da Unidade de Controle Interno poderá emitir instruoes normativas, de observância obrigatória no Município, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer as dvidas existentes.

Art. 9o. Para assegurar a eficácia do controle interno, a UCI efetuar ainda a fiscalização dos atos e contratos da Administração de que resultem receita ou despesa, mediante técnicas estabelecidas pelas normas e procedimentos de auditoria, especialmente aquelas estabelecidas na Resolução CFC 780 de 24 de março de 1995.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Parágrafo Único:- Para o perfeito cumprimento do disposto neste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta no Município deverão encaminhar a UCI imediatamente após a conclusão/publicação os seguintes atos, no que couber:

I – a Lei e anexos relativos: ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a documentação referente a abertura de todos os créditos adicionais;

II – o organograma normal atualizado;

III – os editais de licitação ou contratos, inclusive administrativos, os convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres;

IV – os nomes de todos os responsáveis pelos setores da Prefeitura, conforme organograma aprovado pelo Chefe do Executivo;

V – os concursos realizados e as admissões realizadas a qualquer título;

VI – os nomes dos responsáveis pelos setores e departamentos de cada entidade municipal, quer da Administração Direta ou Indireta;

VII – o plano de ação administrativa de cada Secretaria ou Unidade Orçamentária.

CAPÍTULO V DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E RESPONSABILIDADES

Art. 10. Verificada a ilegalidade de ato(s) ou contrato(s), a UCI de imediato dará ciência ao Chefe do Executivo e comunicará também ao responsável, a fim de que o mesmo adote as providências e esclarecimentos necessários ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

§ 1º. Não havendo a regularização relativa às irregularidades ou ilegalidades, ou não sendo os esclarecimentos apresentados como suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Prefeito Municipal e arquivado, ficando à disposição do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º. Em caso da não tomada de providências pelo Prefeito Municipal para a regularização da situação apontada em 60 (sessenta) dias, a UCI comunicará em 15 (quinze) dias o fato ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos de disciplinamento próprio editado pela Corte de Contas, sob pena de responsabilização solidária.

CAPÍTULO VI DO APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Art. 11. No apoio ao Controle Externo, a UCI deverá exercer, dentre outras, as seguintes atividades:



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

I – organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas, a programo trimestral de auditorias contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais nas unidades administrativas sob seu controle, mantendo a documentação e relatório organizados, especialmente para verificação do Controle Externo;

II – realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios, recomendações e parecer.

Art. 12. Os responsáveis pelo controle interno ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, de imediato,  UCI e ao Prefeito Municipal para adoção das medidas legais cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

 1. Na comunicação ao Chefe do Poder Executivo, o Coordenador indicará as providências que poderão ser adotadas para:

I – corrigir a ilegalidade ou irregularidade apurada;

II – ressarcir o eventual dano causado ao erário;

III – evitar ocorrências semelhantes.

 2. Verificada pelo Chefe do Executivo, através de inspeção, auditoria, irregularidade ou ilegalidade que não tenham sido dado ciência tempestivamente e provada a omissão, o Coordenador, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções previstas em Lei.

CAPITULO VII

DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 13. O Coordenador deverá encaminhar a cada 03(três) meses, relatório geral de atividades ao Excelentíssimo Senhor Prefeito.

CAPITULO VIII

DO RECRUTAMENTO, INSTITUIÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E LOTAÇÃO DE SERVIDORES NA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI será chefiada por um COORDENADOR

Art. 14. O servidor efetivo designado e nomeado para a função de Coordenador da Unidade de Controle Interno, previsto nesta Lei, perceber Função Gratificada no percentual de até 100% (cem por cento) sobre seu slrio.

 1. O percentual acima será pago enquanto o servidor estiver exercendo o cargo de Coordenador da Unidade de Controle Interno, não se incorporando aos vencimentos em hipótese alguma.

 2. A concessão da Função Gratificada de que trata este artigo caberá unicamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre os



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

servidores de provimento efetivo que disponham de capacitação técnica e profissional para o exercício do cargo, até que lei complementar federal disponha sobre as regras gerais de escolha, levando em consideração os recursos humanos do Município mediante a seguinte ordem de preferência:

I – nível superior em qualquer uma das seguintes áreas: Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Administração, Direito, Engenharia;

II – maior tempo de experiência na administração pública;

III – detentor de maior tempo de trabalho na Unidade de Sistema de Controle Interno.

§ 3º. Não poderão ser designados para o exercício da Função de que trata o caput os servidores que:

I – sejam contratados por excepcional interesse público;

II – tiverem sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;

III – realizem atividade político-partidária;

IV – exerçam, concomitantemente com a atividade pública, qualquer outra atividade profissional.

CAPITULO IX DAS GARANTIAS DOS INTEGRANTES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 15. Constitui-se em garantias do ocupante da Função de Coordenador da Unidade de Controle Interno e dos servidores que integram a Unidade:

I – independência profissional para o desempenho das atividades administração direta e indireta;

II – o acesso a quaisquer documentos, informações e bancos de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno;

III – a impossibilidade de destituição da função no primeiro ano de cada mandato do Chefe do Executivo.

§ 1º. O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Unidade Central de Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º. Quando a documentação ou informação prevista no inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, a UCI deverá dispensar tratamento especial de acordo com o estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º. O servidor lotado na UCI deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 16. Além do Prefeito e do Secretário Municipal de Finanças, o Coordenador da UCI assinará conjuntamente com o Responsável pela Contabilidade o Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com o parágrafo único do artigo 54 da Lei nº 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. O Coordenador da UCI fica autorizado a regulamentar as ações e atividades da UCI, através de instruções ou orientações normativas que disciplinem a forma de sua atuação e demais orientações.

CAPITULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 18. O Poder Executivo estabelecerá, em regulamento, a forma pela qual qualquer cidadão, sindicato ou associação, poderá ser informado sobre os dados oficiais do Município relativos à execução dos orçamentos.

Art. 19. Os servidores da Unidade de Controle Interno deverão ser incentivados a receber treinamentos específicos e participarão, obrigatoriamente:

I – de qualquer processo de expansão da informatização municipal, com vistas a proceder à otimização dos serviços prestados pelos subsistemas de controle interno;

II – do projeto à implantação do gerenciamento pela gestão da qualidade total municipal;

III – de cursos relacionados à sua área de atuação, no mínimo, 04 (quatro) vezes por ano.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Guará/SP., 03 de março de 2015.

Ana Maria Figueiredo Cruz
Presidente

Vinicius Magno Filgueira
1º Secretário

Ângela Aparecida Paulino Soares
2ª Secretária